

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

UNIVERSIDADE PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PROBLEMÁTICAS UNIVERSITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS

Esp. Fabíola Melo de Medeiros¹, Dra. Ana Cabanas².

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales/ Calle de la Amistad 777, c/ Rosario – Asunción,
Paraguay, fabiolajfmadu@gmail.com, anakabanass@gmail.com

Resumo

As problemáticas das universidades contemporâneas nas universidades públicas perpassam por políticas públicas que fundamentam a democratização na formação superior e reflexões dentro dessa temática são importantes para o fomento da equidade na educação. O objetivo deste estudo é levantar reflexões sobre o tema Universidade Pública, Democratização e Políticas Públicas. A metodologia usada foi de pesquisa bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa. Os resultados encontrados mostram que apesar dos progressos neste campo ainda existem muitos problemas a serem superados, como relacionar o caráter científico ao compromisso social e superar os desafios que a globalização e o neoliberalismo impõe neste meio. Conclui-se que a formação profissional é um direito que gera benefícios sociais e que a universidade deve por meio do caráter científico, desenvolvendo estratégias juntamente com o governo e a sociedade, sendo democrática e solucionando problemas.

Palavras-chave: Universidade pública. Democracia. Políticas públicas.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Educação.

Introdução

Inicia-se o estudo citando as três crises enfrentadas pela universidade no século XX, como dito por Souza Santos (2007). A primeira foi a crise da hegemonia, depois veio a crise de legitimidade e, finalmente, a terceira, que foi a crise institucional. Segundo Villanueva (2008), nos anos de 1990 iniciou o desejo de se implantar reformas consideradas fundamentais para melhorar e atualizar o mundo universitário.

Democracia e universidade pública foi defendida por Chiroleu (2012), provavelmente uma das conquistas mais importantes tenha sido a manutenção de um clima de tolerância e respeito pela liberdade de cátedra, elementos-chave de qualquer convivência democrática e indispensáveis para gerar a atmosfera adequada que requer o trabalho acadêmico. Corroborando, Gómez (2018) traz considerações importantes sobre a universidade pública e as complexas questões relacionadas a conquistas e desafios neste panorama.

Chiroleu (2018) também discorre sobre a temática inclusão nas universidades públicas na Argentina sobre a democratização e inclusão na universidade durante os governos Kirchner (2003-2015) e finaliza-se o estudo com o autor, Sousa Santos que aborda questões políticas que afetam as questões da democracia e da Universidade Pública.

O objetivo deste trabalho acadêmico foi desenvolver uma reflexão através de uma revisão bibliográfica sobre o tema Universidade Pública, Democratização e Políticas Públicas, temas que se consideram pertinentes à temática problemáticas universitárias contemporâneas.

Metodologia

Como arcabouço metodológico este estudo é bibliográfico e descritivo com abordagem qualitativa.

Para a coleta de dados secundários foram definidas três palavras-chave para a busca de literatura em base de dados como Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Bireme.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Discussão

O autor Souza Santos (2007) destaca as três crises enfrentadas pela universidade no século XX. A primeira foi a crise da hegemonia, que resultou de contradições entre as funções tradicionais da universidade e funções adquiridas no século XX, como a produção da alta cultura, o pensamento crítico e os conhecimentos científicos e humanistas que formavam as elites, desde a idade média europeia, que ocupavam a universidade. Por outro lado, o desenvolvimento capitalista exigia mão de obra qualificada e a produção de padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais eram importantes.

A crise de legitimidade segundo Souza Santos (2007) foi provocada por dois motivos: a hierarquização dos saberes especializados pelas restrições do acesso e a certificação das competências, imposta pelas exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares.

O autor finaliza com a terceira que foi a crise institucional, resultado da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submetê-la a critérios de eficiência e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Durante a década de 1990, Villanueva (2008) faz uma síntese, de algumas das principais mudanças ocorridas na América Latina, - Forte apoio desde organismos internacionais visando a obtenção de uma maior diversificação das fontes de recursos; reforma dos modos de gestão e governo das instituições universitárias; a geração de estímulos para diversificar o sistema educativo; o desenvolvimento de processos de avaliação e acreditação; A necessidade de ligar de forma mais eficaz e eficiente o ensino ao desenvolvimento da indústria e da investigação. -

A promoção da desregulamentação a partir da existência de regulamentações. - Um aumento das propinas do ensino superior e uma expansão da base institucional do ensino superior, em particular do financiamento privado; e como consequência de uma diversificação e diferenciação do sistema e de uma expansão e diferenciação dos programas e carreiras, nomeadamente ciclos curtos e pós-graduação. - O desenvolvimento das novas tecnologias e a emergência da educação virtual. - A transnacionalização a partir de ofertas virtuais e da instalação de sedes. - O início de políticas de integração regional.

Chiroleu (2012) gerou uma transformação da relação com as universidades. A introdução de mecanismos de regulação e controle passam da medição do processo de aprendizagem, por parte dos estudantes, ao dos programas e das próprias instituições, e do controle formal ao controle dos resultados, favorecendo a entrada do mercado (nacional e internacional), O Estado avaliador estimulou a adoção de lógicas mercantilistas minando os valores clássicos do mundo acadêmico.

A análise que Chiroleu (2012) fez sobre a ampliação da escolarização superior constituiu uma importante taxa bruta de escolarização em termos globais, em 2009, 49 de cada 100 jovens entre 18 e 24 anos acedem a este nível educativo. No entanto, as baixas taxas de graduação (cerca de 25%) apontam a existência de um profundo hiato entre as expectativas de ingressar e as possibilidades de se formar. De fato, a taxa de abandono durante o primeiro ano se aproxima dos 60%.

A autora afirma que a outra tendência é a redução nos últimos anos da taxa de crescimento da matrícula total por causa da recuperação da economia em meados da década passada. Percebe-se uma mudança na avaliação social dos estudos universitários e a utilização pragmática como "praia de estacionamento" na espera de uma melhoria no mercado de trabalho. O ingresso direto nas instituições, modalidade majoritária nas grandes universidades públicas, embora facilite o acesso às instituições, não garante possibilidades similares de desenvolver um trânsito bem sucedido por elas. Esta situação é ainda agravada pela heterogeneidade das ofertas no sistema universitário.

Sobre a expansão do sistema de ensino superior Chiroleu (2012) relata que a geração de opções diversas para públicos diversos, rompe com certa homogeneidade na oferta tanto pública como privada; este processo, no entanto, gerou uma fragmentação e diferenciação institucional em termos sociais, acentuando assim a distância entre não só o número mas também a qualidade das oportunidades que têm os diferentes grupos sociais.

Chiroleu (2012) alega que se configura pois um sistema universitário heterogêneo em ofertas e formatos próprios de uma sociedade complexa e diversa como a atual; não é tão encorajador, em contrapartida, os diferentes níveis de qualidade, o preconceito social de algumas instituições e a

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

suspeita de que orientam os graduados para diversos segmentos de um mercado ocupacional dualizado.

A autora afirma que também não foi possível melhorar o preconceito profissionalista das universidades que as afasta do que Clark denomina "instituições de base pesada" e em troca se aprofunda a função de "fábrica de profissionais" e de credenciais que conferem a obtenção de certas habilidades ou competências, bastante afastadas da formação de um espírito crítico e renovador.

Gómez (2018) destaca alguns problemas relativos ao sistema de ensino superior como um bem público. Na medida em que as posições sociais de origem coincidem com o desempenho acadêmico da demanda, a seleção acadêmica tende a ser, em si mesma, um filtro social inevitável. Inevitável? Não necessariamente. Se se conseguir assegurar que a qualidade da educação básica e média ministrada a estudantes de todos os estratos socioeconômicos seja tal que se satisfaçam os padrões exigidos para ingressar no nível superior, então o problema é resolúvel mediante estratégias de expansão universitária, e se justifica plenamente a colocação de recursos públicos para tal propósito.

O crescimento do sistema educativo superior, negligenciando a qualidade acadêmica dos níveis precedentes, para Gómez, (2008), geram uma massificação a todas as desvantagens. Existe um círculo vicioso da educação como um mecanismo reprodutor das desigualdades. O autor relata que o ensino superior como bem público deve satisfazer dois requisitos adicionais ao acesso socialmente equitativo: responder às preferências vocacionais da procura e ser relevante para as condições do setor laboral e complementa que além do problema da qualidade do sistema no conjunto é o problema da pertinência da oferta universitária.

O autor diz que o dilema é real para as políticas públicas e se agrava por falhas elementares de informação em ambos os extremos da relação. A sociedade não conta com informações confiáveis sobre os possíveis destinos laborais das diversas opções profissionais, e o Estado não consegue resolver uma série de paradoxos na visão prospectiva do mercado das profissões. É evidente a necessidade de políticas de incentivo à indústria produtiva de maior alcance do que as existentes. Sem este elemento de política pública, parece inatingível o objetivo de romper o segundo círculo vicioso, aquele que se dá entre as crescentes expectativas da população de jovens para alcançar estudos superiores e o que o mundo laboral lhes oferece como perspectiva.

Como em qualquer fenômeno social complexo, Gómez, (2008) analisa que as respostas não são simples. Por exemplo, embora reconhecendo o estímulo que representa para os centros a abertura de novos canais de comunicação e difusão, seja igualmente advertido para o risco de predominância crescente das instituições universitárias com maiores capacidades de investigação e difusão. A brecha digital transformada em brecha acadêmica é apenas uma expressão do fenômeno. O mais importante, porém, é a tendência para a normalização dos modelos de gestão, avaliação, acreditação e responsabilização.

No estudo sobre democratização e inclusão nas universidades da Argentina durante os governos Kirchner (2003-2015), Chiroleu (2018) aborda questões sobre a redução das desigualdades sociais e inclusão nas universidades públicas. Do ponto de vista social, o conceito de democratização pode ser abordado em sentido lato e em sentido restrito. A primeira acepção dá conta da extensão de algum direito ou acesso a bens a um grande número de pessoas, por exemplo a educação superior. Isto significa que a expansão deste bem para que atinja mais sectores da sociedade poderia ser considerada uma forma de democratização.

A autora explica que a definição mais restrita de democratização coloca a tônica na redução das desigualdades sociais. Aplicando o mesmo raciocínio, se os diplomas obtidos nas diversas instituições proporcionarem oportunidades sociais e laborais diferentes, mesmo que isso implique um alargamento dos horizontes e das possibilidades dos detentores, não atuarão significativamente sobre a desigualdade social. Tratar-se-ia então de um processo de democratização parcial, incompleto ou truncado

Segundo Chiroleu (2018), em 1990, o conceito de inclusão é introduzido no debate teórico; passa a um primeiro plano a fragmentação e a heterogeneidade social e grupos discriminados pelas mesmas características no ensino superior visam incorporar uma diversidade racial, cultural e sexual, semelhante à que existe na sociedade para remediar discriminações históricas de desigualdade. O direito à aprendizagem por parte de todos, independentemente das características individuais, gerando condições propícias para a obtenção de resultados favoráveis.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

A igualdade (formal) de oportunidades de acesso às instituições, pouco nos diz então sobre a possibilidade concreta de obter resultados similares no trânsito pelas mesmas diz a autora que cita os pensamentos bourdieunianos e passeronianos, os quais sustentam que é a afinidade entre os hábitos culturais de uma classe e as exigências do sistema de ensino que determina as possibilidades de sucesso. A igualização dos meios econômicos (por meio de bolsas e/ou créditos) -embora promove uma equalização formal- não suprime as vantagens / desvantagens de origem que ficam veladas por um sistema universitário que premia de maneira supostamente neutra o mérito individual. Ela conclui que desta forma, a criação de uma igualdade formal de possibilidades conduz indiretamente a uma legitimação dos privilégios por parte da educação.

Chiroleu (2018) cita as palavras rosanvallonianas acerca do novo sentido que deve ser dado à equidade de oportunidades visa alcançar uma equidade sustentada das situações no tempo e não só no ponto de partida. Deveria, portanto, avançar-se para uma equidade de resultados ligada às variações que experimentam as situações individuais em busca de outorga, de maneira permanente, os meios necessários para canalizar a vida.

Os estudiosos, como mencionado por Chiroleu (2018), propõem que a expansão do número de diplomas num mercado de trabalho que cresce a um ritmo menor gera uma inflação de credenciais e a consequente desvalorização. Com isso, existe uma desvalorização dos diplomas quando o ritmo da expansão socioeconômica não é condizente com o da expansão dos mesmos e que os mais prejudicados são aqueles que estão desprovidos dos mesmos e, portanto, carecem de condições mínimas para competir no mercado de trabalho.

No entanto, aqueles que ainda possuem o título, não possuem recursos herdados para fazê-lo valer. O terceiro grupo é o dos privilegiados, que tendem a abandonar as carreiras mais desvalorizadas e orientar-se para outras que ainda preservam o valor (BOURDIEU, 1991). A expansão das oportunidades ao nível superior, assinala o autor, nos termos em que se está a desenvolver, não contribui para reduzir as desigualdades sociais, mas pelo menos as mantém, mascarada e legitima-as a partir da ilusão de gerar oportunidades aparentemente iguais para todos.

Sousa Santos (2020) destaca várias questões políticas que afetam a universidade pública e a democracia. Sempre que uma proposta neoliberal chega ao poder, um dos alvos principais é a universidade pública".

As três denominações principais caracterizam a sociedade, segundo Sousa Santos (2020), são: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Estas três denominações agem articuladas e a resistência contra elas está fragmentada. O capitalismo assenta na ideia do trabalho livre, que tem de ser desvalorizado e o neoliberalismo é um grande processo para o trabalho sem direitos, o que se chama a "Uberização" do trabalho. O Sistema que está inserido mostra que é necessário que ao lado do trabalho livre haja um trabalho altamente desvalorizado e não pago, e quem o produz são as mulheres, as comunidades negras e os povos indígenas. Precisa-se de um pensamento anticapitalista, anticolonialista, por exemplo, anti-racista e anti-semita. Esta é uma nova cultura de resistência que é muito difícil de organizar.

O conservadorismo é um componente fundamental, explica Sousa Santos (2020), que compara o sistema neoliberal, que transfere a riqueza dos pobres e da classe média para os mais ricos, com o neocolonialismo. O autor diz que este modelo cria a ideia de que há uma crise permanente onde não existem alternativas e todos os problemas como cortes de salário, privatizações, etc., justificam-se na crise.

Sempre que uma proposta neoliberal chega ao poder, um dos alvos principais é a universidade pública e é criticada por duas razões. Uma é porque gasta demais e vem os cortes orçamentais. Por outro lado, há uma crítica ideológica, porque a universidade produz conhecimento que o neoliberalismo não quer que se produza: conhecimento livre, crítico, independente e plural.

A universidade pública estava acostumada a ter o apoio das elites, diz Souza Santos, (2020), formando os filhos dessa elite para manter o poder e a dominação. Hoje não precisam mais dela, mandam os filhos ao exterior, às universidades globais; não confiam nas nacionais porque o que querem é uma ignorância militante do que acontece no país, os líderes neoliberais do futuro não devem saber nada do país.

As universidades públicas não podem resistir e continuar sem o apoio das classes média e popular, às quais durante muito tempo trataram com muito desprezo. A universidade se isolou bastante delas e neste momento têm que se conectar; os departamentos de extensão devem ser fortalecidos não

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

somente para levar a universidade para fora, mas também para atrair as periferias dentro da universidade.

Para Sousa Santos (2020), uma das armas fundamentais da dominação é ocultar a realidade para que você se conforme com a ideia de que não há alternativa. Destaca que todas as notícias dos jornais ou da televisão, são dominadas por expectativas negativas. Esta ideia é para criar medo e destruir a esperança. Hoje, grande parte da população mundial só tem medo de ser violada, da poluição, de perder o emprego, de tudo. O autor complementa que as universidades públicas, os movimentos sociais, os meios de comunicação alternativos, têm que se mobilizar para dar esperança aos oprimidos.

Resultados

Fundamentando-se em Gómez (2008), a formação de profissionais responde a demandas sociais, gera benefícios econômicos e culturais para a sociedade no conjunto e, além disso, é um direito. Por conseguinte, não há razão para duvidar de que as tarefas desempenhadas pelas universidades, quer sejam públicas quer particulares, têm um conteúdo social preponderante que as qualifica, sob esses argumentos, como serviços de interesse público ou bens públicos.

Chiroleu (2018) complementa que a complexidade do alargamento das oportunidades ao nível superior e do carácter dependente da variável educativa em relação ao espectro social e económico e ao funcionamento do mercado de trabalho. Duru-Bellat (2015) assinala que quaisquer que sejam as vantagens desta expansão, a mesma não pode ser ilimitada pois o sistema educativo não determina o valor efetivo de mercado dos graus académicos que distribui, mas aquele deriva do mercado ocupacional. Além disso, como dito por Rama (2015) paralelamente ao aumento do número de licenciados, o mercado de trabalho sofre algumas alterações que se refletem em taxas de desemprego mais elevadas, uma redução dos salários e a substituição de trabalho não qualificado por trabalho profissional em postos que normalmente requerem níveis de formação mais baixos.

A expansão da escolarização em nível superior, para Chiroleu (2018), é lícito supor que (democratização em sentido lato) permitiria proteger contra o desemprego e, em última análise, contra a pobreza, mas apenas um certo tipo de instituições num contexto de segmentação do ensino superior e a posse de um capital social consistente garantiriam uma inserção ocupacional em empregos de alto status e rendimentos congruentes. Por outras palavras, o alargamento da oferta educativa não significaria por ser uma redução das desigualdades (democratização em sentido estrito), mas sim a preservação por outras vias.

Como assentado por Chiroleu (2012), se o objetivo é colocar a universidade ao serviço do meio social, sem desmerecer os êxitos alcançados, cabe assinalar que ainda são numerosas as matérias pendentes. Muitas delas podem resumir-se, na recuperação do carácter científico e do compromisso social e na necessidade incontornável de construir consensos amplos dentro da própria instituição e na relação com o governo e a sociedade. Este consenso é indispensável para pôr em marcha mecanismos que lhe permitam o reconhecimento das prioridades, da função social e da contribuição em sociedades periféricas submetidas aos novos desafios que a globalização impõe.

Como descrito por Gómez (2008), no campo da educação superior, o fenómeno da globalização pode ser descrito mediante o conceito de americanização universitária. Este padrão está presente não só no terreno administrativo, mas também no plano académico.

O processo de globalização académica, articulado a outros fenómenos de internacionalização e regionalização, de ordem económica, política e demográfica, abre espaço a temas como a acreditação multilateral, o controle da mobilidade internacional de estudantes, professores e investigadores, a monitorização das ofertas transnacionais convencionais ou em linha e ainda a supervisão de formas de fraude académica, por exemplo, a oferta de títulos não apoiados ou o plágio de publicações.

Sobre o sistema neoliberal, rebuscando os pensamentos de Sousa Santos (2020), é um modelo global, que passou por várias fases. A primeira consistiu em virar a sociedade contra o Estado e em conceber a ideia de que a sociedade civil é boa, o Estado é mau. Por isso, a democracia tem de ser reduzida aos direitos civis e políticos; os direitos sociais são um fardo muito grande para o Estado e os serviços têm de ser privatizados. A segunda fase é onde está. A este neoliberalismo já a própria democracia liberal de baixa intensidade reduzida a direitos civis e políticos não lhe serve claramente, é incompatível quando a liberdade económica choca com a liberdade política.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O neoliberalismo quer é um privilégio total para a liberdade econômica, a liberdade dos investidores internacionais, sempre que a liberdade política -ou seja a democracia- choque, tem que ser lançada.

Conclusão

De modo geral, conclui-se que a formação profissional é um direito dos cidadãos e gera benefícios econômicos, culturais e sociais para sociedade. As universidades em qualquer esfera é um serviço de interesse público.

Sobre as desigualdades é importante que a universidade sirva ao meio social, resolvendo questões como: caráter científico voltado para problemas sociais, construindo um consenso dentro da própria instituição e também com o governo e a sociedade. É fundamental reconhecer as prioridades, na função social e nos desafios que a globalização impõe.

Referências

CHIROLEU, A. **Democracia y universidad pública: logros y desafíos**. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario y Conicet. Argentina. 2012.

CHIROLEU, A. Democratización e inclusión en la universidad argentina: sus alcances durante los gobiernos kirchner (2003-2015). **Educação em Revista**. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698176003>

GÓMEZ, R. R. "La Educación Superior ¿es un bien público? 2008. Disponível em: <http://www.ses.unam.mx/cursos2008/pdf/Rodriguez2005.pdf>

SOUSA SANTOS, B. **El neoliberalismo está mostrando su nueva fase, la incompatibilidad con la democracia**. Buenos Aires, Argentina. 2020. Disponível em: <http://motoreconomico.com.ar/aldea-global/boaventura-de-sousa-santos-el-neoliberalismo-est-mostrando-su-nueva-fase-la-incompatibilidad-con-la-democracia>

SOUSA SANTOS, B. **La Universidad en el siglo XXI. Para una reforma democrática y emancipatória de la universidad**. Bolívia. 2007.

VILLANUEVA, E. **Reformas de la educación superior: 25 propuestas para la educación superior na América latina y el caribe**. 2008.